

**Publicado no D.O.E. de 12.12.2019 – Seção I – pág. 668**

**CAMPUS DE MARÍLIA**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências**

**EDITAL Nº 216/2019-STDARH**

Acham-se abertas, nos termos do Despacho nº 162-2019-Runesp de 04/12/2019, publicado em 05/12/2019, republicado em 06/12/2019 e com base na Resolução UNESP nº 58/2018 e alterações posteriores, as inscrições do concurso público de Provas e Títulos para contratação de **01 PROFESSOR SUBSTITUTO**, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no ano letivo de 2020, e pelo prazo de 10 meses, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área Ciências Humanas, sub-área de conhecimento Educação e na disciplina/conjunto de disciplinas: **Fundamentos da Gestão Em Educação, Gestão Sistemas Educativos e Unidades Escolares, Política e Organização Educacional**, junto ao Departamento de Administração e Supervisão Escolar da Faculdade de Filosofia e Ciências do Câmpus de Marília.

O contratado deverá exercer as atividades de docência em cursos de graduação nos períodos diurno e/ou noturno, dependendo das necessidades do Departamento.

**1. REMUNERAÇÃO**

**1.1.** O salário de Professor Substituto é de R\$ 1.303,16, correspondente à referência MS-2, em 12 horas semanais, acrescido de benefícios regulamentados internamente.

OBS: Caso o candidato tenha título superior ao exigido, o salário será correspondente à titulação.

Por tratar-se de contratação em caráter emergencial e temporária, ainda que o candidato venha a obter titulação acadêmica superior após a assinatura do contrato, esta não será considerada para fins de aumento salarial.

**2. INSCRIÇÕES**

**2.1.** As inscrições serão recebidas via internet, no seguinte endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>. O candidato deverá:

I - Preencher o formulário eletrônico no período das 13/12/2019 a 17/01/2020, no horário das 0 às 23:59 horas, com exceção do último dia de inscrição, dia 17/01/2020, até as 16 horas.

II - Emitir o documento bancário e realizar o pagamento da taxa prevista no edital até 1 (um) dia útil após o término do prazo previsto no item 2.1-I.

**2.1.1.** Os boletos estarão disponíveis para pagamento em até dois dias úteis após a data da inscrição (item 2.1-I). Já os boletos gerados no último dia previsto no item 2.1-I, deverão ser pagos, impreterivelmente, no dia seguinte.

**2.2.** O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição, satisfeitas as exigências do item 5.

**3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO**

**3.1.** Poderão inscrever-se graduados em curso de Licenciatura que tenham, no mínimo, título de Mestre em Educação. A qualificação necessária à inscrição para o concurso será demonstrada por estudos, em nível de graduação, na área, subárea do conhecimento à qual se integra a disciplina ou conjunto de disciplinas objeto do concurso.

**3.1.1.** Os diplomas de graduação com validade nacional ou os obtidos no exterior serão aceitos para fins de inscrição;

**3.1.1.1.** Os diplomas de graduação obtidos no exterior deverão estar revalidados por Universidades Públicas, atendendo os termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996;

**3.1.2.** Os diplomas de Mestrado e de Doutorado serão aceitos, quando obtidos em cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);

**3.1.3.** Os diplomas de Mestrado e de Doutorado obtidos no exterior serão aceitos, desde que estejam reconhecidos e registrados por universidades que possuam cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

**3.2.** O candidato estrangeiro poderá inscrever-se no concurso público com passaporte, entretanto, por ocasião da contratação deverá comprovar, ser portador de visto permanente ou a cédula de identidade com visto temporário com prazo de validade compatível. Caso ainda não possua, deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, cópia simples do protocolo do pedido de visto temporário.

#### **4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO**

**4.1** Para a confirmação da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos descritos nos itens 4.1.1 a 4.1.5, em envelope lacrado, pessoalmente ou por intermédio de procurador regularmente constituído\* ou via postal, até o último dia do prazo previsto no item 2.1.II, na Seção Técnica de Comunicações da Faculdade de Filosofia e Ciências:

**\* Os dias e horários para entrega dos documentos, pessoalmente ou através de procurador regularmente constituído na Seção Técnica de Comunicações, serão de 13 a 19/12/2019 e de 06 a 20/01/2020, das 08 às 12 horas e das 14 às 17:30 horas. Não haverá atendimento aos sábados, domingos, feriados, pontos facultativos e suspensão de expediente legalmente decretados.**

**4.1.1** formulário de inscrição devidamente preenchido (obtido no item 2.1) e assinado, indicando nome completo, número da cédula de identidade, data de nascimento, filiação, naturalidade, estado civil, residência, profissão e endereço eletrônico, instruindo-o com os seguintes documentos, cópias simples frente e verso

**4.1.2.** cédula de identidade ou carteira nacional de habilitação e no caso de candidato estrangeiro: cédula de identidade de estrangeiro com visto temporário e na falta desta, o passaporte;

**4.1.3.** comprovante de graduação em curso de Licenciatura, bem como de ser portador do título de Mestre em Educação ou cópia da ata de defesa da tese, condicionada a apresentação do título homologado, na ocasião da contratação. (quando for o caso).

**4.1.4.** comprovante de recolhimento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 98,00.

**4.1.5.** Curriculum Lattes documentado das atividades realizadas, em 02 vias, sendo uma delas devidamente documentada (inclusive com o histórico escolar - graduação e pós-graduação do candidato) no qual sejam indicados os trabalhos publicados e todas as demais informações que permitam cabal avaliação do mérito do candidato.

**4.2.** No caso de inscrição realizada por intermédio de procurador, além da documentação prevista nos itens 4.1.1 a 4.1.5, deverá ser apresentada procuração específica (dispensando o reconhecimento de firma em cartório), juntamente com as cópias simples dos documentos de identificação do candidato e de seu procurador.

**4.3.** A remessa da documentação em envelope lacrado, deverá ser dirigido para a Seção Técnica de Comunicações no endereço \*\*, sendo considerada, para fins de verificação do item 4.1, a data da postagem. O envelope deverá ser identificado conforme modelo abaixo: Concurso Público para contratação de Professor Substituto na disciplina/conjunto de disciplinas \_\_\_\_\_ Edital n° \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

RG/Número de Inscrição: \_\_\_\_\_

\*\*Endereço: (FFC-Unesp-Campus de Marília - Av. Hygino Muzzi Filho, 737, Bairro: Mirante, CEP: 17.525-900 - Marília, SP)

**4.4.** A não entrega dos documentos listados, dentro do prazo previsto no item 4.1, implicará no indeferimento da inscrição.

## **5. REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO – LEI 12.782/2007**

**5.1.** A redução do valor da taxa de inscrição, correspondente a 50% (cinquenta por cento), será concedida aos candidatos interessados que atendam, CUMULATIVAMENTE, os seguintes requisitos:

I - sejam estudantes, assim considerados os que se encontrem regularmente matriculados em curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação.

II - percebam remuneração, mensal, inferior a 02 (dois) salários mínimos, ou estejam desempregados.

**5.2.** A concessão da redução ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, no ato da inscrição:

I - quanto à comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:

a) certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;

b) carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente;

II - quanto às circunstâncias previstas no inciso II do item 5.1. deste Edital:

a) comprovante de renda, ou de declaração, por escrito, da condição de desempregado.

OBS: O candidato deverá apresentar os documentos originais, bem como as respectivas cópias para conferência e entrega das mesmas, para posterior análise. As cópias apresentadas não serão devolvidas.

**5.3.** O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição, deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição.

**5.4.** O recebimento dos documentos comprobatórios será procedido pela Seção Técnica/Área de Comunicações, após verificação da autenticidade da documentação apresentada, serão encaminhados à Seção Técnica de Desenvolvimento e Administração de Recursos Humanos – STDARH.

**5.5.** O deferimento ou indeferimento das solicitações de redução de taxa de inscrição será disponibilizado no local das inscrições no dia 17/12/2019, a partir das 14h30min. e, no caso de indeferimento, o prazo para interposição de recurso será de 03 (três) dias contando a data de divulgação.

## **6. DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES**

**6.1.** Findo o prazo previsto no item 2.1, a Comissão Examinadora, em 48 (quarenta e oito) horas depois de publicado no Diário Oficial do Estado-DOE e divulgado o site da Unidade o ato formal de sua constituição, decidirá acerca das inscrições efetuadas, divulgando o ato decisório no endereço eletrônico indicado no edital, com esclarecimentos acerca dos recursos regimentais cabíveis para a hipótese de indeferimento.

**6.1.1.** Será publicada, no Diário Oficial do Estado - DOE, Poder Executivo - Seção I, a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas por não se enquadrarem nas exigências estabelecidas no presente edital.

**6.1.2.** O candidato poderá requerer no seguinte endereço eletrônico:

rh.marília@unesp.br, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação a que se refere o item anterior, reconsideração quanto ao indeferimento de sua inscrição,

que será apreciada pela Congregação da Unidade Universitária ou, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do prazo final de recurso.

## **7. COMISSÃO EXAMINADORA**

**7.1.** As provas serão avaliadas por Comissão Examinadora especialmente criada para o certame.

**7.2.** A Comissão Examinadora será indicada pelo Conselho do Departamento de Ensino e constituída por ato formal da Congregação da Unidade Universitária, depois de encerradas as inscrições.

**7.3.** A Comissão será integrada por 6 (seis) docentes (3 membros titulares e 3 suplentes) da área ou disciplina objeto do concurso e com titulação igual ou superior àquela exigida dos candidatos.

**7.4.** A composição da Comissão Examinadora será divulgada no endereço eletrônico da universidade, paralelamente ao hiperlink de acesso ao edital do concurso, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da realização da primeira prova.

**7.5.** No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

**7.6.** Terá legitimidade para apresentar a impugnação:

- a) qualquer candidato com inscrição deferida;
- b) membro da Congregação da Unidade Universitária;
- c) membro da própria Comissão.

**7.6.1.** A impugnação será julgada pelo Diretor da Unidade, no prazo de até 2 (dois) dias, em decisão fundamentada.

**7.6.2.** Se acolhida a impugnação, competirá ao Diretor da Unidade, de imediato, substituir o membro da Comissão Examinadora, respeitadas as mesmas exigências da formação original e renovada a possibilidade de impugnação a partir da publicação do ato.

**7.6.3.** Ainda que não haja impugnação formal, o Diretor da Unidade poderá determinar ex officio, de forma fundamentada, a substituição de membro da Comissão caso tenha conhecimento de causa de impedimento não declarada (verdade sabida). Com a nova publicação, observar-se-á o disposto nos itens anteriores desta cláusula.

**7.7.** Será considerada definitiva a Comissão Examinadora:

- a) quando não tenha sido apresentada qualquer impugnação, com ou sem substituição ex officio;
- b) se a impugnação apresentada não for acolhida;
- c) se acolhida a impugnação, for definitivamente superada a falha.

**7.8.** A impugnação da Comissão Examinadora deverá ser protocolada na Seção Técnica Acadêmica dentro do prazo previsto no item 7.5.

## **8. PROVAS, AVALIAÇÃO E JULGAMENTO**

**8.1.** O concurso de provas e títulos constará de três fases:

I - prova escrita, de caráter classificatório; sobre tema a ser sorteado do Programa em anexo, com duração de 04 horas, sendo 01 hora para consulta e até 03 horas para a redação, imediatamente após o sorteio do ponto. O candidato deverá portar o material a ser utilizado para consulta, no momento estabelecido para o início do concurso.

II - prova didática, de caráter classificatório; que constará de aula teórica em nível de graduação, com duração mínima de 40 minutos e máxima de 60 minutos, sobre tema a ser sorteado da lista do programa. A ordem de apresentação da aula seguirá a ordem de inscrição no referido concurso.

III - análise de Curriculum Lattes documentado, de caráter classificatório, em que serão analisadas as atividades de formação didática e científica, com maior relevância para as atividades relacionadas com a disciplina/áreas em concurso

**8.2.** As provas só terão início depois de publicadas as decisões de recursos eventualmente interpostos contra o indeferimento das inscrições.

**8.3.** Os critérios e respectivas pontuações de avaliação das provas, julgamento, classificação e desempate serão definidos pelo Conselho do Departamento de Ensino na Unidade Universitária, valendo-se de legislação específica, elaborada pela unidade e aprovada em Congregação, observadas as seguintes particularidades:

**8.3.1.** Nas duas primeiras fases do concurso, a avaliação de cada candidato constituirá ato privativo do integrante da Comissão, o qual deverá apresentar as suas notas de forma reservada à Presidência do órgão.

**8.3.2.** A abertura dos documentos de atribuição de notas será feita em reunião da Comissão e na presença de todos os seus membros titulares, depois de examinados todos os candidatos e esgotadas todas as fases.

**8.3.3.** A análise referida na terceira fase do concurso poderá ser feita de forma consensual pelos membros da Comissão, antes da abertura das demais notas atribuídas às provas e arguição das fases precedentes, observados os critérios objetivos de pontuação previstos em legislação específica da Unidade e previamente divulgados no edital do concurso.

**8.3.4.** Apuradas todas as notas, serão divulgadas as médias finais, na ordem de classificação, permitindo a qualquer candidato, a pedido, o acesso às planilhas de composição das notas de todos os candidatos.

**8.3.5.** O resultado do concurso será homologado pela Congregação da Unidade Universitária e publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

## **9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

**9.1** Na avaliação do candidato será adotado o critério de notas de 0 (zero) a 10 (dez) em todas as provas. As provas terão os seguintes pesos:

- Análise Curricular – peso 1
- Prova Escrita – peso 1
- Prova Didática – peso 1

**9.2.** Na **Prova de Títulos** os critérios de avaliação com a respectiva pontuação serão:

Formação/Títulos 1 (Até 3,0)

Doutorado (Até 2,0)

P1 – Área do concurso (conjunto de disciplinas). (2,0)

P2 – Áreas afins: qualquer área que tenha relação direta com educação e/ou ensino – Sociologia da Educação, Filosofia da Educação, Educação Física, Educação Matemática, Alfabetização etc). (1,5)

P3 – Área de Ciências Humanas, sem relação direta com educação. 1,0

Mestrado (Até 1,0)

P1 – Área do concurso.(1,0)

P2 – Áreas afins.(0,8)

P3 – Área de Ciências Humanas.(0,5)

Especialização (Até 0,5)

P1 – Área do concurso.(0,5)

P2 – Áreas afins. (0,2)

Atividades Científicas 2 (Até 3,0)

P1 – Revistas Nacionais ou Internacionais, com qualis ou indexadas, e livros. A – até 2,5 / B – 2,0 / C – 1,5

P2 – Capítulos de livro. (A – até 1,5) / B – 1,0 / C – 0,8

P3 – Demais Revistas Nacionais ou Internacionais. (A – até 1,0) / B – 0,8 / C – 0,5

P4 – Livros didáticos, trabalhos em eventos internacionais. (A – até 1,0) / B – 0,8 / C – 0,4

P5 – Trabalhos completos em eventos nacionais, resenhas, resumos em eventos internacionais. (A – até 1,0) / B – 0,7 / C – 0,3

P6 – Resumos em anais de eventos nacionais.(A – até 0,8) / B – 0,5 / C – 0,2

P7 – Artigos em jornais.(A – até 0,5) / B – 0,3 / C – 0,2

Atividades Didáticas (Até 3,0)

P1 – Disciplinas ministradas na área do concurso. (Até 1,5)

P2 – Disciplinas ministradas na educação superior (áreas afins/Educação).(Até 1,0)

P3 – Disciplinas ministradas na educação superior (Ciências Humanas).(Até 1,0)

P4 – Atuação na educação básica.(Até 1,0)

Outras Atividades 3 (Até 1,0)

P1 – Experiência profissional na gestão e coordenação de cursos/instituições na área da educação; participação em pesquisas; participação em grupos de pesquisa; orientações de pesquisa; membro de Comitê de Revistas Científicas. (Até 0,5)

P2 – Participação em atividades de extensão; palestras/cursos ministrados.(0,3)

P3 – Participação em eventos/cursos; participação em bancas.(0,2)

1 Para análise, a banca deve considerar a área do curso de graduação e de pós-graduação e o título da dissertação e/ou tese.

2 No momento de avaliação dos candidatos, pontuar mais aqueles que tiverem produções acadêmicas na área do concurso (conjunto de disciplinas do concurso) - A. Em seguida, pontuar mais os candidatos que tiverem produções acadêmicas nas áreas afins - B. Por fim, pontuar aqueles com produções acadêmicas na área de Ciências Humanas C.

3 A banca avaliará de modo geral outras atividades desenvolvidas pelos candidatos e que contribuam para a análise de seu perfil e para sua classificação, incluindo outras atividades acadêmicas ou experiências profissionais. As prioridades a seguir foram propostas, porém, a banca poderá considerar também outras atividades, se necessário.

**9.3 Na prova Escrita** os critérios de avaliação com a respectiva pontuação serão:

a) Redação- máx. 3,0.

- Correção da escrita em relação à norma culta da Língua Portuguesa: 1,5

- Clareza e Objetividade: 1,5

b) Conteúdo - máx 7,0

- Adequação ao tema proposta na prova: 4,0

- Domínio conceitual e vocabular da área Educação : 3,0

**9.4. Na Prova Didática** os critérios de avaliação com a respectiva pontuação serão:

a)Apresentação da aula (delimitação do tema, objetivos e estratégias) – pontuação máxima 1,0

b)Comunicabilidade – pontuação máxima 1,0

c)Exemplificação – pontuação máxima 1,0

d)Domínio de conteúdo – pontuação máxima 3,0

e)Utilização de recursos pedagógicos – pontuação máxima 1,0

f)Coerência entre as partes da aula – pontuação máxima 1,0

g)Adequação da aula ao nível de graduação – pontuação máxima 1,5

h)Controle do tempo para exposição – pontuação máxima 0,5

## **10. HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE**

**10.1.** Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 07 (sete), atribuídas por, pelo menos, 02 (dois) membros da comissão examinadora.

**10.2.** A ordem de classificação dos candidatos aprovados será estabelecida em função da maior média final obtida.

**10.3.** Em caso de igualdade da pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

- com idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;
- melhor média na Prova Didática;
- melhor pontuação na Prova de Títulos;
- mais idoso entre aqueles com idade inferior a 60 anos.
-

## **11. DOS RECURSOS**

**11.1.** Caberá recurso, devidamente fundamentado, à Congregação/Conselho Diretor, no caso dos Câmpus Experimental, nas seguintes hipóteses:

I - contra a decisão de indeferimento da inscrição, no prazo de 3 (três) dias úteis após a divulgação da lista de inscritos, no endereço eletrônico da Universidade;

II - do resultado final do concurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data de sua divulgação no Diário Oficial do Estado-DOE.

**11.2.** O pedido de acesso às notas, previsto no item 8.3.4, suspende o prazo do recurso contra o resultado final, o qual será retomado a partir do atendimento, estendendo-se por mais 1 (um) dia útil se o deferimento tiver ocorrido no último dia do prazo recursal.

**11.3.** A legitimidade para a interposição de recursos é exclusiva de candidato, podendo ser feita pessoalmente ou por procuração.

**11.4.** Os recursos terão a forma escrita e deverão ser protocolados na Seção/Área de Comunicações.

**11.5.** Aplicam-se as exigências documentais da cláusula 4.2, caso a interposição do recurso seja feita por procurador.

## **12. CONTRATAÇÃO**

**12.1.** A contratação somente se efetivará após a homologação, esgotado o prazo para recurso ou julgados definitivamente os recursos interpostos.

**12.2.** Os candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas no edital têm direito líquido e certo à contratação, no prazo de validade do concurso e na forma especificada no edital.

**12.3.** O contrato de trabalho será estabelecido em prazo máximo equivalente ao ano letivo fixado no calendário escolar, correspondendo ao período de até 10 (dez) meses, quando não poderá ser prorrogado, sendo que o estabelecido pelo período de até 5 (cinco) meses, poderá ser prorrogado uma única vez, a critério da Administração.

**12.4.** comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;

**12.5.** comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral;

**12.6.** O candidato estrangeiro fica dispensado das exigências contidas nos subitens 12.4 e 12.5.

**12.7.** Não registrar antecedentes criminais.

**12.8.** O candidato deverá observar, o prazo de interstício mínimo entre o término da vigência de um contrato em qualquer Unidade da Unesp e o início de outro, previsto na Lei Complementar nº 1093/2009 e suas alterações.

## **13. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1.** O resultado final do concurso público será publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

**13.2.** A Congregação/Conselho Diretor, no caso de Câmpus Experimental, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder o recurso impetrado, a contar do prazo final para recurso.

**13.3.** O resultado final do concurso público será homologado pela Congregação da Unidade Universitária.

**13.4.** Será eliminado do concurso público o candidato que não comparecer na sala ou local de sorteio/prova no horário estabelecido ou não portar documento original oficial com foto.

**13.5.** A validade deste concurso será a partir da data de publicação no Diário Oficial do Estado-DOE da homologação até o final do ano letivo.

**13.6.** Não haverá devolução de importância paga, ainda que maior ou em duplicidade, nem isenção total de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado, exceto nos casos em que o concurso público não se realizar.

**13.7.** É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações no Diário Oficial do Estado-DOE e no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>, referente ao presente concurso.

**13.8.** O Curriculum Lattes documentado ficará à disposição dos candidatos durante o prazo de validade deste concurso. Após este prazo, se não retirado, será descartado.

**13.9.** Os questionamentos relativos a casos omissos ou duvidosos serão julgados pela comissão examinadora.

**13.10.** A inscrição implicará no conhecimento deste Edital e no compromisso de aceitação das condições do concurso, aqui estabelecidas.

**13.11.** O candidato será responsável por qualquer erro, omissão e pelas informações prestadas no ato da inscrição.

**13.12.** O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou, ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada, e em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que o seja constatado posteriormente.

**13.13.** Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

**13.14** Qualquer membro da Congregação da Unidade Universitária, no caso do Câmpus Experimental ou da Comissão tem legitimidade para denunciar à direção da Unidade, ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público, de forma fundamentada, as irregularidades que constar na execução do concurso, em qualquer das suas fases. (PROC. 1843/2019

## **PROGRAMA**

01. Gestão de Sistemas Educativos: conceitos iniciais
02. Gestão do sistema educacional nos anos 1990: alguns apontamentos
03. Controle social da educação na gestão do sistema e da escola
04. A I Revolução Industrial, o nascimento da fábrica capitalista e a gestão.
05. Taylorismo, Fordismo e trabalho flexível.
06. A autogestão e a organização do trabalho.
07. Trabalho e organização da escola.
08. Estado, Educação e neoliberalismo: uma análise conjuntural das políticas públicas em educação no Brasil
09. Reforma do Estado, descentralização e privatização da educação
10. Políticas de currículo e de avaliação da educação básica

## **BIBLIOGRAFIA**

ADRIÃO, T. Dimensões e formas de Privatização da educação no Brasil: caracterização a partir do mapeamento de produções nacionais e internacionais. Currículo Sem Fronteiras, Porto Alegre, v. 18, n.1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

ALVES, N. Sobre a Possibilidade e a Necessidade Curricular de uma Base Nacional Comum. Revista e-Currículo, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1464 – 1479 out./dez. 2014.

ALMEIDA, L. C.; DALBEN, A.; FREITAS, L. C. de. O Ideb: limites e ilusões de uma política educacional. Educação e Sociedade, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1153-1174, dez. 2013.

BALL, Stephen. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. Currículo sem fronteiras, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 99-116 jul/dez 2001.

BALL, S. J.; MAINARDES, J. (orgs.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005.

BAUER, A. ; SOUSA, S. Z. L. ; HORTA NT, J. L. ; VALLE, R ; PIMENTA, C. O. . Iniciativas de

avaliação do ensino fundamental em municípios brasileiros: mapeamento e tendências. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 22, p. 1-19, 2017.

- BONAMINO, A.; SOUSA, S.Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.38, n.2, p.373-388, abr./jun. 2012.
- Paulo: EPU, 1989.
- DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, mai./ago. 2004.
- DAL RI, N.; VIEITEZ, C. A educação no movimento social: a luta contra a precarização do ensino público. In: LIMA, F. C. S.; SOUZA, J. U. P.; CARDOZO, M. J. P. B.. (Org.). *Democratização e educação pública: sendas e veredas*. São Luís: Ed. da UFMA, 2011, p. 133-165.
- FALEIROS, V. P. *A Política Social do Estado Capitalista*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1980.
- FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012.
- GENTILI, P.; SILVA, T. T. (Org.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GERMANO, J. W. *Estado militar e educação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1994.
- GOUVEIA, Andréa Barbosa; PINTO, José Marcelino Rezende; CORBUCCI, Paulo Roberto (orgs.). *Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil*. Brasília: Ipea, 2011.
- LIBÂNEO, J. C. *Políticas Educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar*. São Paulo: *Cadernos de Pesquisa*, v.46, n.159, p.38-62, jan./mar. 2016.
- LIMA, L.C. *Privatização Lato Sensu e Impregnação empresarial na gestão da educação pública*. *Porto Alegre: Currículo Sem Fronteiras*, v. 18, n.1, p. 129-144, jan./abr. 2018.
- MACEDO, E. *Base Nacional Comum para Currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem?*. *Educação e sociedade*, Campinas, v. 36, p. 891-908, 2015.
- OLIVEIRA, D.; ROSAR, M. (Org.). *Política e gestão da educação*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- PERONI, V.M.V. *Múltiplas formas de Materialização do Privado na Educação Básica Pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta*. *Porto Alegre: Currículo Sem Fronteiras*, v. 18, n.1, p. 212-238, jan./abr. 2018.
- PISTRAK, M. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- ROSAR, M. F. F. *Administração escolar: um problema educativo ou empresarial?* 5.ed. Campinas: Autores Associados, 2012.
- SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SHIROMA, E. et. al. *Política Educacional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SOUZA, D. B. de; FARIA, L. C. M. de. *Reforma do estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96. Ensaio: avaliação, políticas públicas e educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 45, p. 925-944, dez. 2004.
- VIEIRA, S. L. *Educação e Gestão: extraindo significados da base legal*. In: LUCE, M. B.; MEDEIROS, I. L. P de. (orgs). *Gestão escolar democrática: concepções e vivências*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 27-42.
- VIEIRA, S. L.; VIDAL, E. M. *Gestão democrática da escola no Brasil: desafios à implementação de um novo modelo*. *Revista Iberoamericana de Educación*. N.º 67, 2015, p. 19-38.
- VIEIRA, S. L. *Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples*. *RBPAE*. v. 23, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2007.

TRAGTENBERG, M. Relações de poder na escola. In: OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. F. Política e gestão da educação. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 13-18.

OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. F. (Orgs.). Política e gestão da educação. São Paulo: Autêntica, 2008, p. 127-136.

CONTI, C. As reformas educativas e os novos desafios da gestão escolar. In: SILVA, F. C. da. O financiamento da educação básica e os programas de transferências voluntárias. SP: Xamã, 2011, p. 49-67.

SOUZA, D. B. de. (Org.). Conselhos municipais e controle social da educação: descentralização, participação e cidadania. SP: Xamã, 2008, p. 53-74.